

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Araucária Saneamento S.A.
Campos do Jordão - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Araucária Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araucária Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 13 de janeiro de 2017.

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.722	7.481	Fornecedores	8	23	-
Contas a receber	5	3.248	2.930	Debêntures privadas	7	16.230	15.022
Tributos a recuperar		-	-	Obrigações sociais	10	17	17
Contas a receber - locação de ativos	5	20.110	17.917	Obrigações fiscais	11	150	140
Outros créditos		23	39	Contas a pagar - partes relacionadas	9	18	16
		<u>31.103</u>	<u>28.367</u>	Dividendos a pagar	12	1.427	-
				Outras contas a pagar		<u>87</u>	<u>125</u>
						<u>17.952</u>	<u>15.320</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber - locação de ativos	5	109.575	108.018	Debêntures privadas	7	95.859	101.070
Depósitos judiciais - trabalhistas		9	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	3.334	3.227
Intangível		6	6	Outras contas a pagar		1.135	1.258
		<u>109.590</u>	<u>108.024</u>	Provisão para contingência	22	31	31
						<u>100.359</u>	<u>105.586</u>
				Patrimônio líquido	12		
				Capital social		17.800	17.800
				Reservas de lucros		<u>4.582</u>	<u>(2.315)</u>
						<u>22.382</u>	<u>15.485</u>
Total do ativo		<u><u>140.693</u></u>	<u><u>136.391</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>140.693</u></u>	<u><u>136.391</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita líquida	13	21.082	134.862
Custo dos serviços prestados	14	(259)	(116.844)
Lucro bruto		20.823	18.018
Receitas/(despesas) operacionais Gerais e administrativas	14	347	(65)
		347	(65)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		21.170	17.953
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		1.205	1.200
Despesas financeiras		(12.513)	(12.628)
		(11.308)	(11.428)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.862	6.525
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(1.431)	(1.581)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	(107)	(4.596)
		(1.538)	(6.177)
Lucro líquido do exercício		8.324	348
Lucro líquido por ação - básico e diluído	17	0,468	0,020

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro Líquido do exercício	8.324	348
Resultados abrangentes	8.324	348

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	17.800	-	-	(2.663)	15.137
Lucro líquido do exercício	-	-	-	348	348
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17.800	-	-	(2.315)	15.485
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.324	8.324
Reserva legal	-	300	-	(300)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.427)	(1.427)
Transferência para reserva de lucros	-	-	4.282	(4.282)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	17.800	300	4.282	-	22.382

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações exercício.

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.324	348
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.538	1.581
Depreciação e amortização	-	(1)
Contas a receber - locação de ativo	(22.849)	(20.364)
Juros sobre empréstimos	12.357	12.473
Amortização de custos para emissão das debêntures	152	152
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	(318)	(202)
Contas a receber - locação de ativos	19.098	29.116
Tributos a recuperar	-	304
Outros créditos	7	(32)
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores e partes relacionadas	25	(1)
Obrigações sociais	-	(1)
Obrigações fiscais	(345)	59
Outras contas a pagar	(160)	(48)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.076)	(8.430)
Juros pagos	(12.357)	(12.473)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	4.396	2.481
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	-	1
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	-	1
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(4.155)	(3.830)
Caixa gerado nas atividades de financiamento	(4.155)	(3.830)
Diminuição/aumento de caixa e equivalentes de caixa	241	(1.348)
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	7.481	8.829
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	7.722	7.481
Diminuição/aumento de caixa e equivalentes de caixa	241	(1.348)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Araucária Saneamento S.A. (Companhia), foi constituída em 21 de maio de 2010, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 (Contrato), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 11.948/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação de Coletores Tronco, Estações Elevatórias de Esgotos, Linhas de Recalques, Interceptores, Interligações das Redes Existentes aos Coletores Troncos, Ligações Domiciliares de Esgotos, Gradeamento Preliminar, Estação de Tratamento de Esgotos (Reator Biológico seguida de Membrana Filtrante) e Emissário Final do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Araucária Saneamento S.A. é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Companhia será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do termo de contrato, e foi estimada em 276 meses.

O valor estimado do contrato é de R\$ 266.880, composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$ 1.112, que correspondem ao Valor Mensal da Locação (VML), na data de referência dos preços de 1º de março de 2010.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados.

A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título.

A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação e nesse período a Companhia irá ser remunerada pelo VML.

O valor estimado para conclusão da obra é de R\$ 106.000, conforme contrato entre a Araucária Saneamento S.A. e o consórcio construtor responsável pela sua execução.

Ao término da operação assistida em outubro de 2015, a sua principal atividade operacional passou a ser exclusivamente a locação do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão à SABESP por um período de 240 meses a partir da emissão do Termo de Aceitação Provisória, formalizado entre a Companhia e a SABESP e emitido em abril de 2014. Com base nas principais características do contrato de locação, sumarizadas nos itens a seguir, e nos conceitos e práticas contábeis estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil, a referida operação de locação da Companhia foi avaliada como arrendamento mercantil financeiro, similarmente a uma operação de venda de ativo financiada à SABESP, em função das características relacionadas abaixo:

- A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil;
- No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado.

Com essa nova configuração, a Companhia passou a ter como principal objetivo a assunção e o gerenciamento dos ativos (contas a receber) e passivos (financiamentos e patrimônio) produzidos na concessão, exercendo a correspondente gestão até o término do prazo do referido contrato.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), com observância às disposições contidas na Lei das Companhias por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Determinação das receitas e custos de construção e locação de ativos

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção com base no modelo econômico do contrato.

Na primeira etapa do contrato, que compreende a construção das obras, as receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

Na segunda etapa do contrato, que compreende o período de arrendamento mercantil dos ativos será reconhecida a atualização do ativo financeiro e da locação de ativos registrado a valor justo, com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

Revisões de normas contábeis e interpretações entraram em vigor em 2016 e não tiveram impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Consiste basicamente em valores mantidos em caixa e bancos com liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Contas a receber e contas a receber de locação de ativos

Referem-se substancialmente pelas contas a receber decorrentes do contrato de longo prazo com a SABESP, qualificado como contrato de arrendamento mercantil financeiro, com base na Interpretação Técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares de Arrendamento Mercantil e no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operação de Arrendamento Mercantil. Esses valores são apresentados no ativo circulante e não circulante, com base no respectivo prazo previsto de realização, sendo devidamente atualizado pelo prazo do referido contrato, trazidos a valor presente.

3.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia (representados pelas contas a receber da SABESP) são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.3. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e os custos de construção são reconhecidos pelo valor justo de acordo com o percentual de execução das obras contratadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4.

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o período de competência.

Conforme descrito na nota nº 1, a operação de locação de ativo da Companhia é caracterizada como uma operação de venda financiada e, para retratar essa nova operação, as seguintes práticas contábeis foram adotadas:

- (a) Reconhecimento contábil da venda do ativo no resultado no exercício de 2015, com a contabilização da receita pelo valor justo em contrapartida com as contas a receber de cliente (circulante e não circulante) e do custo pelo valor contábil do investimento.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros serão apurados e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.4. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e debêntures.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.6. Debêntures

Debêntures mantidas até o vencimento são passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.7. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e CPC, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Companhia tenha direito na operação. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou essa nova norma e em sua opinião não deve ter efeito relevante em suas demonstrações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

(iii) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido)

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	2016	2015
Caixa e bancos	19	13
Aplicações financeiras	7.703	7.468
Total	<u>7.722</u>	<u>7.481</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a 99,25% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2016.

5. Contas a receber

Representados por:

	2016	2015
Contas a receber (a)	3.248	2.930
Total	<u>3.248</u>	<u>2.930</u>
Contas a receber - locação de ativo		
	2016	2015
Contas a receber - locação de ativo	286.987	284.794
Recebimentos	(68.660)	(47.369)
Ajuste a valor presente	(129.606)	(137.119)
Ajuste pela taxa de retorno (b)	40.964	25.629
Total	<u>129.685</u>	<u>125.935</u>
Ativo circulante	20.110	17.917
Ativo não circulante	109.575	108.018
Total	<u>129.685</u>	<u>125.935</u>

- (a) Representa valores a receber da SABESP referente à locação de ativos da estação de tratamento de esgoto em Campos do Jordão;
- (b) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 18.14% ao ano, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Companhia.

O prazo médio das contas a receber, referidas no item (a), é de 35 dias. Em 31 de dezembro de 2016 não havia saldos vencidos registrados nas contas a receber. Em função de não existir histórico de valores relevantes de inadimplência nas contas a receber, a Companhia não constituiu provisão para perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato até o fim do contrato e o gasto efetivo com investimento realizado somado a estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em	
2017	20.110
2018	21.029
2019	21.975
2020	22.964
Após 2020	43.607
Total	<u>129.685</u>

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo não circulante estão representados por:

	2016	2015
Ativo diferido:		
Prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa	11.119	12.952
Provisão para riscos trabalhistas	31	31
Passivo diferido:		
Ajustes referentes as diferenças entre práticas contábeis		
fiscais e societárias (a)	(20.955)	(22.474)
Base de cálculo	(9.805)	(9.491)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(3.334)</u>	<u>(3.227)</u>

(a) Referem-se aos ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionadas ao reconhecimento do ativo financeiro, conforme Lei nº 11.638/2007.

As perspectivas futuras dos negócios da Companhia e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar em	2016	2015
2034	(3.334)	(3.227)
Total	<u>(3.334)</u>	<u>(3.227)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Debêntures privadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativos a debêntures, estavam representados por:

Instituição financeira	Encargos financeiros	Vencimento	2016		2015	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo Prazo
Carteira Administrada de Saneamento do FGTS	TR + 9% a.a.	01/03/2030	16.382	97.705	15.174	103.068
(-) Custos de emissão			(152)	(1.846)	(152)	(1.998)
			<u>16.230</u>	<u>95.859</u>	<u>15.022</u>	<u>101.070</u>

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia firmou o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie com Garantia Real, com a Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como Agente Fiduciário e Representante dos Debenturistas no montante de R\$ 95.500.

Foram emitidas 9.550 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário das debêntures de R\$ 10, na data da emissão, sendo o valor total da emissão no montante citado acima. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 07 de março de 2012.

O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração fará jus a juros equivalentes à variação acumulada da taxa referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), capitalizada de sobretaxa de 9% ao ano (spread).

A amortização das debêntures será realizada mensalmente, no 1º dia de cada mês calendário, a partir do primeiro dia do 34º (trigésimo quarto) mês calendário contado da data de emissão e o vencimento das debêntures ocorrerá no primeiro dia do 216º (ducentésimo décimo sexto) mês-calendário contado da data de emissão.

A primeira parcela da amortização das debêntures foi paga em 29 de dezembro de 2014.

Os custos de transação incorridos na emissão de debêntures foram contabilizados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e estão sendo apropriados para o resultado na fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2016 o saldo totalizava R\$ 1.999, sendo, R\$ 152 no curto prazo e R\$ 1.847 no longo prazo.

Os custos de transação são oriundos de gastos relativos à remuneração e pagamentos de serviços profissionais de terceiros, tais como: advogados, consultores, profissionais de bancos e corretores de investimentos, etc.

Garantias

As debêntures são garantidas por:

- (i) Alienação fiduciária - cada acionista alienará fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade de acionistas, bem como todos os bens, títulos ou valores mobiliários nos quais tais ações sejam convertidas e os direitos futuros de preferência de aumento de capital;
- (ii) Os acionistas da Companhia empenharam, também em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade das ações decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos, proventos, frutos ou rendimentos, relativos às ações a serem distribuídas pela Companhia e todo e qualquer direito de crédito atual ou futuro;
- (iii) A Araucária, em caráter irrevogável e irretratável, cedeu fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação datada pela Lei nº 10.931/04 do Código Civil, todos os Direitos Creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, de sua titularidade, devidos pela Sabesp e oriundos do Contrato de Locação de Ativos, inclusive dos direitos creditórios decorrentes da vinculação, pela Sabesp, em seu favor, da parcela da arrecadação prevista na Cláusula nº 25 do Contrato de Locação de Ativos, mantidos e/ou creditados na Conta "Recebíveis", inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária;
- (iv) A Araucária a partir de 1º de dezembro de 2014 está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter na Conta corrente de sua titularidade nº 0495-4, agência 3097, junto à Caixa Econômica Federal, os valores referentes à Reserva de Caixa, equivalentes a, no mínimo, os pagamentos devidos, relativos à remuneração e as amortizações de principal das Debêntures, devido nos 3 (três) meses imediatamente subsequentes. O saldo a ser mantido na conta mencionada acima foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável aos Debenturistas.

A Araucária Saneamento S.A possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão de Debêntures relacionados à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura (covenants financeiros), que exigem Índice de Cobertura da Dívida (ICSD), não inferior a 1,3x, a ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na CVM e obrigações financeiras e societárias a serem cumpridas perante os debenturistas. Essas cláusulas são revistas e exigidas no fechamento do exercício social da Companhia.

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas (covenants) vigentes relativas ao contrato de financiamento.

8. Fornecedores

Representado por:

	2016	2015
Outros	<u>23</u>	<u>-</u>
Total de fornecedores	<u><u>23</u></u>	<u><u>-</u></u>

9. Contas a pagar com partes relacionadas

Representado por:

	2016	2015
GS Inima Brasil Ltda.	<u>18</u>	<u>16</u>
Contas a pagar - partes relacionadas	<u><u>18</u></u>	<u><u>16</u></u>

10. Obrigações sociais

Representado por:

	2016	2015
Salários e rescisões	<u>13</u>	<u>14</u>
Provisões de férias e 13º salário	<u>4</u>	<u>3</u>
Total obrigações sociais	<u><u>17</u></u>	<u><u>17</u></u>

11. Obrigações fiscais

Representado por:

	2016	2015
PIS	<u>16</u>	<u>19</u>
COFINS	<u>72</u>	<u>88</u>
Imposto de renda	<u>33</u>	<u>18</u>
Contribuição social	<u>29</u>	<u>15</u>
Total obrigações fiscais	<u><u>150</u></u>	<u><u>140</u></u>

12. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o valor do capital social integralizado é de R\$ 17.800 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2015), e está representado por 17.800.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias	% Participação
GS Inima Brasil Ltda.	9.078.000	51%
CESBE S.A. - Engenharia e Empreendimentos	5.340.000	30%
Construtora Elevação Ltda.	3.382.000	19%
	17.800.000	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Companhias por Ações.

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

A totalidade dos dividendos distribuídos referente ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 1.427, é referente aos dividendos mínimos obrigatórios e será pago aos acionistas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

	2016
Lucro líquido do exercício	8.324
Prejuízos acumulados	(2.315)
Lucro líquido após ajustes	6.009
Reserva legal de 5% do lucro	(300)
Base de cálculo	5.709
Dividendos estatutários obrigatórios	25%
Dividendos propostos	1.427

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

A composição do dividendos a pagar, está demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>
GS Inima Brasil Ltda.	728
CESBE S.A. - Engenharia e Empreendimentos	428
Construtora Elevação Ltda.	<u>271</u>
Dividendos a pagar	<u><u>1.427</u></u>

13. Receita líquida

São representadas por:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita líquida	21.082	134.862

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de locação de ativo	22.849	20.364
Receita de venda	-	116.609
Receita de obras	-	(52)
PIS	(315)	(366)
COFINS	(1.452)	(1.693)
Receita líquida	<u><u>21.082</u></u>	<u><u>134.862</u></u>

14. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos		
Custo dos serviços prestados de construção	-	116.562
Pessoal	2	15
Manutenção e conservação	187	224
Aluguéis	-	16
Seguros diversos	69	12
Outros custos operacionais	1	15
Total de custos	<u><u>259</u></u>	<u><u>116.844</u></u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas		
Aluguéis	12	-
Seguros diversos	39	118
Serviços Prestados/ manutenção	50	-
Assessorias	208	215
Assinaturas, anuidades e publicações	33	-
Impostos e taxas	81	31
Crédito de PIS/ COFINS não cumulativos	(772)	(378)
Processo trabalhista	-	31
Outras despesas	2	48
Total de despesas	<u><u>(347)</u></u>	<u><u>65</u></u>

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.199	1.194
Juros recebidos	6	-
Variação monetária ativa	-	6
Total receitas financeiras	<u>1.205</u>	<u>1.200</u>
Despesas financeiras:		
Juros pagos ou incorridos	(12.357)	(12.473)
Despesas bancárias	(4)	(3)
Despesas com financiamento	(152)	(152)
Total despesas financeiras	<u>(12.513)</u>	<u>(12.628)</u>
Resultado financeiro	<u>(11.308)</u>	<u>(11.428)</u>

16. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da Alíquota vigente	9.862 34%	18.169 34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	<u>(3.353)</u>	<u>(6.177)</u>
Ajuste para alíquota vigente:		
Outros ajustes	1.815	-
Imposto de renda contribuição social registrados	<u>(1.538)</u>	<u>(6.177)</u>
Receita de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(1.431)	(1.581)
Diferidos	(107)	(4.596)
Total	<u>(1.538)</u>	<u>(6.177)</u>

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

17. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Básico		
Lucro líquido do exercício	8.324	348
Número de ações ao fim do exercício (em milhares)	17.800	17.800
Lucro líquido por ação - básico - R\$	<u>0,468</u>	<u>0,020</u>
Diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	8.324	348
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares)	17.800	17.800
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	<u>0,468</u>	<u>0,020</u>

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

18. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:	-	-
Fornecedores do ativo financeiro	<u>23</u>	<u>-</u>

19. Instrumentos financeiros

19.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

19.2 Exposição a riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros relevantes.

19.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

19.4. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 representam o valor justo em função da natureza e característica dos saldos registrados em balanço. A Companhia não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

20. Cobertura de seguros

A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o Contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais.

ARAUCÁRIA SANEAMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos operacionais	50.000

21. Eventos subsequentes

A Companhia não identificou eventos subsequentes as demonstrações contábeis que necessitem ser divulgados.

22. Contingências

A Companhia mantém o montante de R\$ 31 referente a contingências trabalhistas que os assessores jurídicos da Companhia entendem como possíveis de perda.

23. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 13 de janeiro de 2017.